

A Câmara Municipal **de Alvorada**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Contabilista Vitor Brum, nº 21, inscrito no CNPJ sob o nº 09.331.032/0001-44, representado por seu Presidente, Sr. Rodrigo Mendes da Silva, brasileiro, CPF 953.754.220-34, residente e domiciliado neste Município, denominada contratante, e a empresa CC Distribuidora de Materiais Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 47.378.270/0001-02, estabelecida à Rua Santo Amaro, nº 719, Bairro Zona Nova – CEP 95.590-000 – Tramandaí/RS, e-mail: cc.distribuidoraltda@gmail.com, fone: (51) 3669-1856, representada neste ato por Claudio Cesar Zanotti, portadora do RG nº 4066443062 SSP RS, inscrito(a) no CPF sob o nº 697.851.850-87, denominada detentora, celebram a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 03/2023 - Processo Administrativo nº 141/2023 – Planejamento 2024.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata de registro de preços tem como objeto a aquisição de gêneros de alimentação e materiais de expediente, conforme descrição detalhada dos itens constantes no anexo I do edital, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Lei Federal nº 10.520/2002, nas Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto nº 10.024/2019, bem como, o estabelecido no presente edital e como o estabelecido no anexo I do edital, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, as instruções e documentos contidos no edital do Pregão Eletrônico nº 03/2023, além da proposta apresentada pela detentora no certame licitatório.

3.2. A execução do objeto deve ser feita em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas no edital e seus anexos ainda.

3.4. O custeio destas despesas, no ano de 2024, correrá por conta das dotações orçamentárias próprias, inclusive suplementares, e não haverá recurso a empréstimo financeiro.

3.4. O custeio destas despesas, no ano de 2024, correrá por conta das dotações orçamentárias:

Itens 15 ao 52 – **MATERIAIS DE EXPEDIENTE** 3.3.39.03.016

- Plano de Contas TCE/RS ano 2023/2024 -

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) na tabela abaixo, entendido(s) como justo(s) e suficiente(s) para a sua total execução.

CC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 47.378.270/0001-02 -
(51) 99944-4629 / (51) 99944-4629 / cc.distribuidoraltda@gmail.com

Código	Produto	Marcas/ Fabricante	Modelo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0025	COLA LIQUIDA 90GR	MAXICOLA	MAXICOLA	150 UN	1.60	240,00
0026	APONTADOR COM DEPOSITO	LEOELEO	LEOELEO	48 UN	1.00	48,00
0029	TECLADO COM FIO, USB, PADRAO ABNT2	MAXPRINT	MAXPRINT	20 UN	21.00	420,00
0040	PASTA SUSPENSÃO, CAIXA COM 50 UNIDADES	FRAMA	FRAMA	3 UN	85,00	255,00
0048	ENVELOPE BRANCO SEM TIMBRE CAIXA COM 1000 UNIDADES	SCRITY	SCRITY	30 UN	70,00	2.100,00
0049	SACO PLÁSTICO, 4 FUROS, TAMANHO A4	ACP	ACP	50 UN	6,00	300,00
Total R\$ 3.363,00						

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o aceite da fiscalização sobre as notas emitidas, respeitando o cronograma de pagamentos.
- 5.1.1. A realização do pagamento será mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa.
- 5.2. A liberação do pagamento, contudo, ficará sujeita ao aceite do objeto pelo Fiscal responsável.
- 5.3. Consideram-se incluídos nos preços unitários brutos propostos todas e quaisquer despesas (frete, somente CIF), diretas e indiretas, decorrentes da entrega.
- 5.4. Pelos débitos em atraso, a administração responderá perante a detentora pelo que deu causa, a título de penalidade, juros de mora.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da ata de assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO

- 7.1. A empresa detentora da ata de registro de preços deverá efetuar a entrega de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Alvorada, prevista a cada 2 (dois) meses estimativamente.
- 7.2. Os produtos deverão ser acondicionados (embalados) de forma a não se danificar no transporte e/ou entrega.
- 7.3. O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor, ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.
- 7.4. Forma de entrega: As entregas serão realizadas com frete CIF.
- 7.5. Prazo de entrega: O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Compras e Nota de Empenho, que deverá ocorrer a cada 2 (dois) meses.
- 7.6. Local e horários de entregas:
- 7.6.1. ALMOXARIFADO:** localizado na Rua Contabilista Vitor Brum, nº 21, Bairro Maringá - Alvorada-RS, de segunda à sexta, no horário das 13:30 horas às 17:30 horas;
- 7.7. Os materiais entregues em locais diferentes ou a pessoas não autorizadas, não serão pagos.
- 7.8. Deverá ser apresentada nota fiscal eletrônica rigorosamente de acordo com os materiais entregues.
- 7.9. Notas fiscais de entrega deverão mencionar itens da ata de registro de preços correspondentes à entrega e número da respectiva nota de empenho, fabricante, marca/modelo dos itens e número da nota de empenho referente.
- 7.10. Os produtos entregues deverão estar dentro do prazo de validade, restando pelo menos 2/3 do prazo.
- 7.11. No dia da entrega o produto só será Recebido pelo Almojarifado caso preencha os requisitos mínimos, conforme o Anexo I – Termo de Referência.
- 7.12. Após o recebimento provisório, o Almojarifado terá 5 (cinco) dias úteis para analisar com profundidade o produto adquirido, e caso esteja de acordo, deverá encaminhar a NF para o setor responsável para o pagamento.
- 7.13. No caso de defeitos de fabricação, prazo de validade expirado ou algo que vá de encontro ao descrito neste termo será necessário o envio de mercadoria substituta em até 10 (dez) dias úteis da comunicação da Administração Municipal.
- 7.14. A marca do produto deverá estar indicada em sua própria embalagem/frasco (embalagem original).
- 7.15. Caberá aos servidores designados rejeitar totalmente, ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências ou aquele que não seja comprovadamente original e/ou novo, assim considerado de primeiro uso, bem como produtos com defeitos de fabricação ou vício de funcionamento.
- 7.16. A DETENTORA deverá apresentar a nota fiscal ao fiscal da ata de registro de preços, o qual receberá provisoriamente os produtos após regular conferência e atestará o recebimento.
- 7.17. O Almojarifado será responsável pelo recebimento dos produtos, que após regular a conferência providenciará no encaminhamento ao pagamento.

7.18. O Almoxarifado se reserva o direito de recusar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações e condições aqui estabelecidas e constantes no termo de referência, anexo I do edital, e/ou que possuam defeitos que impeçam o pleno exercício de suas funções.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução desta ata de registro de preços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação, por parte da Câmara Municipal de Alvorada, por meio do fiscal por ele indicado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no seu cumprimento, assim como, determinar as providências necessárias para suas respectivas correções.

8.2. Para fins de cumprimento e eficiência deste instrumento, a contratante designará, por meio de portaria, um servidor como responsável para acompanhamento e fiscalização desta ata de registro de preços, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.3. Para fins de cumprimentos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a Câmara Municipal de Alvorada, designada a servidora Ana Paula Lopes Camilo, para desempenhar a função de fiscal, perante a este instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

9.1. A detentora assume a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do fornecimento.

9.2. A inadimplência da detentora em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto desta ata de registro de preços.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, em até 10 (dez) dias úteis após emissão de comunicação ou notificação expedidas pela Administração Municipal, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou danos causados em decorrência do transporte e manuseio, ou que no prazo de garantia venham a apresentar defeitos de fabricação, prazo de validade vencido ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações do edital.

9.4. A detentora será responsável pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal de Alvorada ou a terceiros em razão da execução da ata de registro de preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

9.5. Ao longo de toda a vigência desta ata de registro de preços, a detentora deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.5.1. Sempre que solicitado pela Administração, a detentora deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere este item, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas.

9.6. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto fornecido, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara Municipal de Alvorada.

9.7. A detentora ficará obrigada a atender todas as ordens de fornecimento emitidas durante a vigência desta ata de registro de preços, mesmo se a entrega dela decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

9.8. Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento de materiais, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.

9.9. A detentora tem a obrigação de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, inclusive com as condições de habilitação e qualificação exigida pela Administração Pública para essa contratação.

9.10. Todo e qualquer transporte necessário dos produtos adquiridos, seja para entrega ou manutenção durante o período de garantia, são de responsabilidade da detentora.

9.11. O fornecimento dos produtos inclui a entrega, carga e descarga dos materiais, com mão de obra compatível sob a responsabilidade da detentora, bem como as demais despesas decorrentes como custos com tributos, encargos financeiros, entre outros que vierem a existir.

- 9.12. Respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Almoxarifado.
- 9.13. A detentora se obriga a não efetuar, em qualquer hipótese, fornecimento de modo a contrariar a forma estabelecida na ata de registro de preços, pelo que, desde já, exime a contratante de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisição/solicitação em seu nome por elemento não credenciado.
- 9.14. Responder pelos vícios e defeitos dos produtos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição, e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Administração Municipal.
- 9.15. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações demandadas decorrentes de danos, seja por sua culpa ou quaisquer de seus empregados e prepostos, assumindo todas as responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento da ata de registro de preços.
- 9.16. A DETENTORA é vedado subcontratar ou transferir o objeto da ata de registro de preços, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da Câmara Municipal de Alvorada, sendo motivo de rescisão contratual o descumprimento da presente cláusula.
- 9.17. A detentora deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de fiscal indicado pela Câmara Municipal de Alvorada para acompanhamento da execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 9.18. Assinar a ata de registro de preços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação para sua formalização pela Câmara Municipal de Alvorada.
- 9.19. Toda e qualquer informação, aditivo, apostilamento à ata de registro de preços deverá ser encaminhado, por escrito, ao endereço: Rua Contabilista Vitor Brum, nº 21, Bairro Maringá, CEP 94.814-595 - Alvorada-RS, ou pelo e-mail compras@alvorada.rs.gov.br, aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, sob pena de não ser reconhecida a manifestação da detentora.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços, bem como atestar na nota fiscal/fatura a entrega efetiva do objeto.
- 10.2. Preparar os locais para o recebimento dos materiais.
- 10.3. A contratante deverá fornecer e colocar à disposição da detentora todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da ata de registro de preços.
- 10.4. Conferir as características dos produtos entregues, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos materiais.
- 10.5. Proceder ao rigoroso controle de qualidade dos produtos recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 10.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue fora das especificações.
- 10.7. Exigir os documentos comprobatórios para o pagamento, conforme especificado no edital.
- 10.8. Efetuar os pagamentos devidos à detentora, na forma pactuada na ata de registro de preços.
- 10.9. Realizar verificação física dos itens adquiridos para constatar a integridade dos mesmos, devendo comunicar imediatamente à detentora os eventuais danos, a fim de providenciar as substituições necessárias.
- 10.10. Verificação da conformidade com as quantidades e especificações solicitadas.
- 10.11. Comunicar à detentora, sempre que necessário, qualquer deficiência em relação aos produtos entregues.
- 10.12. Notificar a detentora, por escrito, qualquer irregularidade encontrada na prestação do fornecimento.
- 10.13. Aplicar à detentora, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais, mediante o devido processo legal, garantido a ampla defesa e o contraditório.
- 10.14. A contratante deverá indicar, formalmente, o gestor/fiscal para acompanhamento/fiscalização da execução da ata de registro de preços.
- 10.15. Atestar o recebimento do(s) produto(s) a ser(em) adquirido(s), rejeitando-o(s) caso não esteja(m) de acordo com o especificado neste documento.



- 10.16. Proporcionar todas as facilidades para que a detentora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições desta ata de registro de preços.
- 10.17. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela detentora, de acordo com o presente instrumento e os termos de sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

- 11.1. A detentora será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
 - b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
 - i) praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.3. A sanção prevista na letra “a” do item 11.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 11.4. A sanção prevista na letra “b” do item 11.2 será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor registrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1;
- 11.4.2. O valor da sanção aplicada passará por análise jurídica, sendo consideradas as disposições do subitem 11.2.1, dentro dos limites previstos no subitem 11.4;
- 11.4.3. Os valores das multas aplicadas serão descontados dos valores dos pagamentos devidos pela detentora à contratante;
- 11.4.4. Caso os valores não contemplem a totalidade do valor da multa aplicada, este será descontado das garantias contratuais, caso haja, ou cobradas judicialmente.
- 11.5. A sanção prevista na letra “c”, do item 11.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 11.6. A sanção prevista na letra “d” do item 11.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.7. A sanção estabelecida na letra “d” do item 11.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.
- 11.8. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 11.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do mesmo item.
- 11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.10. A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.11. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 11.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.12. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 11.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a detentora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.12.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a detentora poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- 11.12.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- 11.12.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.12;
 - b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - c) suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 11.13. A Câmara Municipal de Alvorada deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal
- 11.13.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nas letras “a”, “b”, “c” e “d” do item 12.2, a Administração Municipal regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.
- 11.14. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preços sujeitará a detentora à multa de mora, na forma aqui prevista.
- 11.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata de registro de preços com a aplicação cumulada de outras sanções aqui previstas.
- 11.15. É admitida a reabilitação da detentora, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - b) pagamento da multa;
 - c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos aqui definidos.
- 11.15.1. A sanção pelas infrações previstas nas letras “h” e “i” do item 11.1 exigirá, como condição de reabilitação da detentora, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

12.1 Os valores dos preços registrados poderão ser revistos durante a vigência da ata de registro de preços, mediante a **motivação** e a **comprovação** dos motivos, a fim de garantir o reequilíbrio econômico do valor inicialmente contratado (*alínea d do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993*, e respeitando ao que prevê o art. 17 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Constituirão motivos para cancelamento da ata de registro de preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.1. Pela administração, nas seguintes situações:
- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de fornecimento;
 - d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do detentor;
 - e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução da ata de registro de preços;
 - f) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;
 - h) não cumprir a nota de empenho no prazo estabelecido e o Almojarifado não aceitar sua justificativa;
 - i) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento;
 - j) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 13.1.2. A detentora terá direito ao cancelamento da ata de registro de preços nas seguintes hipóteses:
- a) mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas;
 - b) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por fornecimentos.
- 13.2. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.
- 13.3. A comunicação do cancelamento ou suspensão do preço registrado, nos casos previstos no subitem 13.2.1, deverá ser formalizada por e-mail, com aviso de leitura, ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- 13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial da Câmara Municipal de Alvorada, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

- 13.5. Fica estabelecido que a detentora da ata de registro de preços deverá comunicar imediatamente ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondências e outros documentos.
- 13.6. Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.
- 13.7. Da decisão que cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Não sendo assinada a ata de registro de preços no prazo anteriormente estipulado, a Administração convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação das propostas, para sua assinatura, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 14.2. Serão registrados os preços de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

- 15.1. A empresa detentora da Ata garantirá a qualidade dos produtos registrados, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, independente da aprovação das Amostras na licitação;
- 15.2. Quando houver a quebra da qualidade ou outro motivo que não atenda as condições licitadas e contratadas, a empresa detentora da Ata de Registro, terá até 5 (cinco) dias úteis para recolher os produtos e a devida reposição dos mesmos, ou a reparação da falha ou dano;
- 15.3. Não é permitida a substituição de marcas dos produtos, exceto quando formalmente motivada, analisada pelo setor competente, e se houver a devida aprovação formal do produto/situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Não sendo assinada a ata de registro de preços no prazo anteriormente estipulado, a Administração convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação das propostas, para sua assinatura, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16.2. Serão registrados os preços de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.
- 16.3. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
- 16.4. A partir da assinatura da ata de registro de preços a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita inclusive às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 16.5. A existência da ata de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras.
- 16.6. A Câmara Municipal de Alvorada não se obrigará a utilizar a ata de registro de preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições estabelecidas no pregão que lhe originou.
- 16.7. Qualquer solicitação relativa a reequilíbrio, reajuste, cancelamento, suspensão, troca de marca ou alterações em geral deverá ser encaminhada por intermédio do e-mail compras@camara-alvorada.rs.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Alvorada-RS para dirimir as eventuais dúvidas e divergências que poderão advir da presente ata de registro de preços.

17.2. E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que surta os jurídicos e legais efeitos juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Alvorada, 1º de fevereiro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

Rodrigo Mendes da Silva - PRESIDENTE

CPF 953.754.220-34.

CC DISTRIBUIDORA DE
MATERIAIS
LTDA:47378270000102

Assinado de forma digital por CC
DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS
LTDA:47378270000102
Dados: 2024.02.01 17:01:24 -03'00'

CC Distribuidora de Materiais Ltda.

CNPJ 47.378.270/0001-02,

Empresa Detentora da Ata

Claudio Cesar Zanotti, portadora - CPF 697.851.850-87,


Ver. Rodrigo Mendes da Silva
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023
TERMO DE REFERÊNCIA –
MATERIAL DE EXPEDIENTE

CC
DISTRIBUIDO
RA DE
MATERIAIS
LTDA:473782
70000102

Assinado de forma
digital por CC
DISTRIBUIDORA
DE MATERIAIS
LTDA:4737827000
0102
Dados: 2024.02.01
17:03:03 -03'00'

Nº	Descrição do item licitado	Un	Quant	Valor Máximo R\$
1	Borracha plástica *Descrição: plástica, cor branca, livre de látex, PVC e ácidos, medindo 1,5x4,5x2,5cm, com capa protetora. AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	30	1,73
2	Lápis preto (uma caixa) Descrição: Lápis preto de grafite 2-HB, em madeira, cilíndrico, com envoltório do grafite inteiriço, sem emendas, medindo 7x175mm, com marca do fabricante impressa no lápis. AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	120	0,53
3	Caneta esferográfica cristal média azuis resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio—marca de referência BIC/Compactor/Pilot/Faber/Papermate AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	1000	0,83
4	Caneta marca texto na cor amarela Descrição: corpo plástico, cor amarela, ponta para traço fino e grosso, com dimensões mínimas: 13,0cm de comprimento e 1,0 cm de diâmetro. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Bic, similar ou equivalente ou de melhor qualidade. AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	200	1,53
5	Caneta para quadro branco na cor vermelha (estimo 1/mês) Descrição: Marcador para quadro branco, para uso em quadro laminado melamínico brilhante, de alta performance, cor vermelha, com ponta macia de material acrílico 6.0, espessura de escrita 2,3 mm, tinta que permita fácil remoção. Validade de no mínimo 1 ano na data de entrega AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	150	2,88
6	Caneta para quadro branco na cor azul Descrição: Marcador para quadro branco, para uso em quadro laminado melamínico brilhante, de alta performance, cor azul, com ponta macia de material acrílico 6.0, espessura de escrita 2,3 mm, tinta que permita fácil remoção. Validade de no mínimo 1 ano na data de entrega AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA	unid	150	2,88
7	Apagador para quadro branco Descrição: apagador para quadro branco, material base feltro, corpo plástico, dimensões: 14x5cm.	unid	25	8,35
8	Clips metálico niquelado/ galvanizado. nr. 02 – cx com 500g	unid	15	17,29
9	Clips metálico niquelado/galvanizado nr. 02- Caixas com 100un	unid	200	2,92



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

CC
DISTRIBUIDORA
DE MATERIAIS
LTDA:47378270
000102

Assinado de forma
digital por CC
DISTRIBUIDORA DE
MATERIAIS
LTDA:47378270000102
Dados: 2024.02.01
17:03:34 -03'00'

10	Caneta esferográfica cristal média vermelha resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio - marca de referência: BIC/Compactor/Pilot/Faber/Papermate	unid	200	0,96
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
11	Cola líquida base PVA para papel, 90g	unid	150	3,11
	Descrição: cola branca, atóxica, lavável, embalagem plástica de 90 gramas com bcxo dosador anti-vazamento. Validade mínima de 18 meses a contar da data da entrega.			
12	Apontador plástico com depósito	unid	48	1,68
13	Atilio 1 quilo	unid	2	23,27
	Descrição: elástico de borracha, pacote com um quilo. Validade mínima de 24 meses a contar da data de entrega.			
14	Mouse	unid	30	14,02
	Descrição: Mouse Óptico com 3 botões (Esquerdo, direito e scroll). Interface USB. Resolução Mínima 1000 dpi. Cor: preto. Garantia de 1 ano a partir da data de entrega.			
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
15	Teclado	unid	20	38,86
	Descrição: Teclado padrão USB com 107 teclas, conexão USB 2.0, layout ABNT 2. Cor: preto. Garantia de 1 ano a partir da data de entrega.			
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
16	Envelope pardo / Kraft tipo saco cx/250 unid.	unid	40	37,66
17	Extrator de grampos em metal	unid	50	2,25
	Descrição: extrator de grampos, tipo espátula, em metal cromado.			
18	Etiqueta auto adesiva cx c/100fls c/1 etiqueta por folha tamanho A4, medidas: 210mm x 297mm.	unid	10	4,07
19	Fita adesiva	unid	240	2,92
	Descrição: tipo lacre, em rolo, transparente (tipo durex) com filme composto de acrílico e poliolefinas com adesivo em acrílico. Dimensões aproximadas de: diâmetro interno de 7,5cm; Largura de 5cm; filme de 12mm x 50m.			
20	Fita adesiva transparente 2cm largura x 50 m -	unid	240	1,37
	Descrição: em rolo, transparente (tipo durex) com filme composto de acrílico e poliolefinas com adesivo em acrílico. Dimensões de: Largura de 2cm x 50m.			
21	Grampeador	unid	30	14,50
	Descrição: em metal, com mínimo 20cm de base para 20 folhas, compatível com os formatos 26/6.			
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
22	Grampo para grampeador cobreado 26/6 – em cx c/5000 unid (sugiro 2 caixas por ano)	unid	50	6,66
	Descrição: Grampo para grampeador cobreado 26/6 – em cx c/5000 unid			
23	Papel A4	Unid	900	27,15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

	Descrição: Papel sulfite, tamanho A4. Pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, gramatura 75g/m², 100% branco.			
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
24	Papel Cartão: Papel tamanho A4, gramatura 180g/m², pacotes de 50 folhas	unid	800	36,86
	AS EMPRESAS DEVERÃO FORNECER AMOSTRA			
25	Pasta AZ lombo largo com porta etiqueta	unid	100	17,23
26	Pasta suspensa papel Kraft, suporte e ferragens plástica e com etiquetas, cx com 50 un	unid	3	124,50
27	Perfurador de papel metálico 2 furos com capac. 20 folhas	unid	30	23,33
28	Prancheta	unid	100	15,96
	Descrição: em acrílico, prendedor metálico, formato ofício.			
29	Régua plástica transparente 30cm	unid	50	1,23
	Descrição: Régua em material plástico resistente, milimetrada, com marcação frontal de 30 cm.			
30	Porta canetas e utensílios, em acrílico, com 02 divisórias.	unid	100	16,44
31	Post-it	unid	240	8,38
	Descrição: bloco de papel adesivo, tipo "post-it", amarelo, medindo embalagem com 4 unidades cada uma com 100 folhas de dimensões aproximadas 38mm * 51mm em cada bloco			
32	AGENDA	unid	30	27,92
	Descrição: agenda anual permanente, pautada, com indicação de dias e horários, com calendários dos anos anterior e posterior, tipo executiva, cor preta, medindo 14x20cm.			
33	Pilha palito Alcalina. Descrição: Pilha pequena, ALCALINA, tamanho: AAA, 1,5V, cartela com 02 unid. (validade mínima de 24 meses).	unid	100	7,52
34	Envelope para carta, branco, tamanho 16*11,5 cm.	unid	30	9,70
	Envelope branco, tamanho aproximado de 16 x 11,5 cm. Caixa com mil (1000) unidades			
35	Saco/ envelope plástico	unid	50	19,92
	Descrição: saco plástico, em polipropileno, transparente cor cristal, tamanho A4, medindo aproximadamente 33*24 cm, 4 furos, 2 faces com uma abertura superior. Embalagem com 50 unidades			
36	Tesoura	unid	100	8,03
	Descrição: tesoura grande resistente, com cabo plástico, lâmina em metal medindo no mínimo 12 cm, com boa qualidade			
37	Caderno/livro	unid	10	20,35
	Descrição: protocolo; quantidade de folhas: 100; comprimento: 215 mm; largura: 15 mm; características: adicionais: numeradas frente e verso; material capa: papelão; gramatura folhas: 120g/m²; materiais folhas: papel offset, com linhas.			
38	Clips metálico niquelado/galvanizado nr. 08- Caixas com 500 gramas	unid	25	17,29



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

O prazo para entrega das amostras é de 05 dias úteis após a manifestação da Câmara Municipal de Alvorada.

As quantidades são estimativas, não sendo obrigatória a aquisição na sua totalidade.

Publicado por:
Joicemara da Rocha
Código Identificador:A825451B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL**

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024

- VIGÊNCIA DE 12 MESES -

CONTRATANTE:Câmara Municipal de Alvorada

CONTRATADA:CC Distribuidora de Materiais Ltda.

FINALIDADE:atender as necessidades da Câmara Municipal, através das demandas do Almoxarifado.

OBJETO:Aquisição de material de expediente.

VIGÊNCIA:1º de fevereiro de 2024 até 31 de janeiro de 2025.

VALOR POR PRODUTO

ITEM Produto Marca Modelo Quant. Val. Unitário Val. Total

0025 COLA LIQUIDA 90GR MAXICOLA MAXICOLA 150 un 1,6 240,00

0026 APONTADOR COM DEPÓSITO LEOELEO 48 un 1,0 48,00

0029 TECLADO COM FIO, USB MAXPRINT MAXPRINT 20 un 21,00 420,00

PADRÃO ABNT2

0040 PASTA SUSPensa, FRAMA FRAMA 3 un 85,00 255,00

CAIXA COM 50 UNIDADES

0048 ENVELOPE BRANCO SCRITY SCRITY 30 un 70,00 2.100,00

SEM TIMBRE CX. C/ 1000 un.

0049 SACO PLASTICO, 4 FUROS, ACP ACP 50 un 6,00 300,00

TAMANHO A4.

Total R\$ 3.363,00

Base Legal: Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiariamente Lei 8.666/93, Decreto Federal nº 7892/2013.

Alvorada, 07 de fevereiro de 2024.

RODRIGO MENDES DA SILVA

Presidente

Câmara de Vereadores de Alvorada.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:A3C6C8EE

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL**

Despesa de Pronto Pagamento nº 06/2024

EMPRESA: Sponchiado Jardine Veículos Ltda.— CNPJ 00.485.542/000100-08

OBJETO: serviço de manutenção do veículo oficial – Placa JAP3B18, compreendendo a mão-de-obra de revisão dos 50.000 km e também manutenção corretiva, conforme o registro fotográfico do veículo e pesquisa de preços das quatro revendas autorizadas Chevrolet (garantia de fábrica).

Valor: R\$ 1.576,59 (hum mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 4.320/64, art. 68; Lei Federal nº 14.133/2021, art.95, § 2º, Lei Municipal nº 3.063/2017 e a Resoluções de Mesa nº 01 e 02/2024.

Alvorada, 07 de janeiro de 2024.

Vereador

RODRIGO MENDES DA SILVA

Presidente.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:F76DDBFF

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL**

Despesa de Pronto Pagamento nº 07/2024

EMPRESA: Ferragem Pasqualini Eireli.— CNPJ 68.824.754/0001-08

OBJETO: materiais de consumo para manutenção da sede,

Valor total : R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).

8 rodízios transparentes 50mmsem freio soprano – valor de R\$ 14,80 a unidade;

10 lâmpada LED 9 W – marca Kian – Valor de R\$ 4,98 a unidade;

2 painéis redondos - lâmpada LED de embutir slim – 18W 6,5K -a260 lumens- Marca Taschibra. – valor de R\$ 34,90 a unidade.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 4.320/64, art. 68; Lei Federal nº 14.133/2021, art.95, § 2º, Lei Municipal nº 3.063/2017 e a Resoluções de Mesa nº 01 e 02/2024.

Alvorada, 07 de janeiro de 2024.

Vereador

RODRIGO MENDES DA SILVA

Presidente.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:7988E38F

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL**

Despesa de Pronto Pagamento nº 08/2024

EMPRESA: Premiar Troféus e Medalhas Eireli - ME.— CNPJ 03.260.560/000173

OBJETO: Quadro em moldura de Eucatex – com vidro antireflexo – 29cm x 39 cm, com o acabamento para a foto da Presidência de 2024.

Valor total: R\$ 357,90 (trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 4.320/64, art. 68; Lei Federal nº 14.133/2021, art.95, § 2º, Lei Municipal nº 3.063/2017 e a Resoluções de Mesa nº 01 e 02/2024.

Alvorada, 07 de janeiro de 2024.

Vereador

RODRIGO MENDES DA SILVA

Presidente.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:C3EFBD2C

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL**

Despesa de Pronto Pagamento nº 09/2024

EMPRESA: Mover Automatizadores e Sistemas de Segurança Eireli— CNPJ 34.411.638/0001-37

OBJETO: Sensor duplo anti esmagamento para substituição da peça existente no portão de acesso dos veículos (MP)da sede, que se encontra queimado desde a última tempestade do dia 16 de janeiro de 2024.

Valor total: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 4.320/64, art. 68; Lei Federal nº 14.133/2021, art.95, § 2º, Lei Municipal nº 3.063/2017 e a Resoluções de Mesa nº 01 e 02/2024.

Alvorada, 07 de janeiro de 2024.

Vereador

RODRIGO MENDES DA SILVA

Presidente.